

## Nova diretoria toma posse

A nova diretoria da Adusp, presidida pelo professor César Minto, tomou posse em 26/6, no auditório da Faculdade de Educação, para um mandato de dois anos. A mesa do evento (foto) foi composta pelos professores **Ciro Correia** e **Francisco Miraglia**, da gestão que se despedia; pelo presidente eleito, professor **César Minto**, que tomava posse para o mandato que se iniciaria em 1/7/2015; pelo deputado federal **Ivan Valente (PSOL-SP)**; e por representantes de entidades: **João Batista Gomes**, secretário de políticas sociais da CUT-SP, **Neusa Santana**, diretora da Fasubra, **Denise Rykala**, diretora do Sinteps, professor **João Chaves**, presidente da Adunesp, professor **Nilo Rodrigues**, diretor da Adunicamp, **Guilherme**, diretor do DCE-Livre da USP, **Reinaldo de Sousa**, diretor do Sintusp.

**Exclusão.** O professor **Ciro Correia**, que presidiu a Adusp na gestão 2013-2015, lembrou em seu discurso de transmissão do cargo (<http://bit.ly/1R68oLi>) e de saudação à nova diretoria a conjuntura de dois anos antes — “grave cenário de exclusão das parcelas majoritárias da sociedade quanto aos direitos sociais básicos diante da crescente apropriação da estrutura do estado republicano por interesses particularistas” — e o quadro “não menos preocupante que se desenhava em relação às nossas instituições públicas de ensino superior sob constante ameaça, tanto por falta de financiamento adequado pelo Estado, quanto pela privatização interna e pelo controle exercido pelas agências financiadoras de pesquisa”.

Quanto à USP, **Ciro** historiou os problemas e distorções com que se deparou, em 2013, a gestão por ele presidida: “não se admitem eleições ou consultas que efetivamente envolvam os docentes, funcionários e estudantes; a estrutura de poder se desfigura frente à presença desinibida de gestores das fundações privadas autodenominadas ‘de apoio’; o fetiche da propalada ‘excelência’ e as últimas mudanças introduzidas na estrutura da carreira impõem a competição ao invés de favorecer a cooperação entre pares;

cada vez mais, os ocupantes da Reitoria sentem-se à vontade para tratar questões reivindicatórias à base de repressão ao invés de diálogo e negociação”, e outros.

“Passados dois anos e mesmo tendo em mente a tenacidade com a qual a Adusp e parte do corpo da universidade enfrentaram essas questões e aquelas que estavam por se colocar, como a gravidade da crise e dos crimes ambientais havidos — e ainda não solucionados — na EACH, esse quadro não melhorou. Lamentavelmente, agravou-se”, frisou **Ciro**. “Nesse enfrentamento ganharam lugar de destaque os embates da greve de 2014, que além de vitoriosa na conquista de pautas específicas do movimento foi fundamental para desvelar o mesmo e velho caráter oligárquico da atual administração”.

A tirania da atual gestão, denunciada, durante a greve, pelo então presidente da Adusp “revela-se cada vez mais destruidora ao incidir em questões fundamentais para a USP”, por meio do PIDV e de ataques aos hospitais universitários. A instituição do GT Atividade Docente (e seus planos elaborados à revelia da comunidade) e a atuação da CERT soblapam a relevância do RDIDP.

**Ciro** lembrou, ainda, que a gestão **M.A. Zago-V. Agopyan** silenciou, até aquela data, “quanto à proposição da pena simbólica de 30 dias de suspensão para o ex-diretor da EACH, comprovadamente um dos responsáveis pelo crime ambiental perpetrado contra aquele *campus* e sua comunidade”.

**Neoliberalismo.** Ao tomar posse como presidente da nova diretoria, o professor **César Minto**, que atuou como vice-presidente na gestão anterior, assinalou (<http://bit.ly/1CLjVE6>) que nas últimas décadas os movimentos sociais defrontaram-se com um inimigo poderoso: “em especial, a partir dos dois mandatos de **Fernando Henrique Cardoso (FHC)**, os setores dominantes empreenderam [...] uma reforma do Estado de cunho neoliberal, cuja principal consequência foi tornar estrutural a exclusão”. A universidade pública não foi poupada.



“Uma vez adotada a ‘administração pública gerencial [que] inspira-se na administração de empresas...’”, conforme formulação do então ministro **Bresser Pereira (1995)**, passou-se a estruturar, explicou **César**, “sob os signos da ‘modernidade’ e da ‘governabilidade’, um ‘novo’ Estado: mínimo, no que se refere aos anseios da maioria da sociedade e máximo, no que diz respeito aos interesses da elite predatória, brasileira e internacional”.

Nesse contexto, certas reformas realizadas pelo governo federal têm sido muito prejudiciais à sociedade e às universidades públicas, que são “alvo de campanhas de descrédito, apontando-se para a sua privatização, em particular via incentivo às fundações de direito privado, ditas ‘de apoio’, falaciosamente consideradas como recurso para a melhoria de sua qualidade”. A par disso, “a intensidade do nosso trabalho continua aumentando e os salários permanecem insatisfatórios”.

Ao mesmo tempo, prosseguiu **César**, “o governo **Alckmin** tenta posar de bom-mocismo, mesmo exacerbando no trato de políticas neoliberais, encontrando nas autoridades universitárias constituídas uma subserviência oportuna”.

O novo presidente da Adusp convocou a categoria a combater esse estado de coisas: “Para muitos colegas, a dificuldade de resistir a esse processo pretensamente inexorável induz a perspectiva de buscar saídas individuais, que além de não resolverem problemas estruturais, reforçam distorções contra as quais se faz necessário continuar a lutar”. Sucessivas administrações universitárias “tudo fazem para que

vingue tal modelo individualista, indutor de produtivismo a qualquer custo”.

**César** explicou que a nova gestão considera fundamental a organização de todos os docentes para persistir na luta por uma universidade pública, gratuita e democrática; defender as nossas condições de vida e trabalho; promover propostas de interesse geral da sociedade.

“E não é demais registrar aqui o posicionamento cotidiano e firme da Adusp no duro embate entre Reitoria e corpo da universidade: criminalização do movimento social, desvinculação do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais (HRAC), estrangulamento do Hospital Universitário (HU), implantação do Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV) sem nenhum estudo de impacto, entre tantos outros despropósitos”.

Ele citou ainda as greves vitoriosas de 2000, 2004, 2007 e 2014, os embates contra as punições arbitrárias da CERT, a luta contra os contratos precários e a defesa de professores injustamente punidos como exemplos constantes e também recentes da atuação da Adusp.

As lutas contra as fundações privadas na USP e contra os cursos pagos permanecerão como eixos importantes de atuação. **César** destacou, ainda, a contribuição da Adusp à construção do PL 1.035/2015 (vide p.2).

Por fim, mencionou a necessidade de fortalecer os laços de companheirismo, solidariedade e atuação conjunta na USP, de docentes, funcionários e estudantes. “Uma de nossas principais qualidades é a de persistir na luta pela utopia que defendemos — isso tudo nos é muito caro... continuaremos!”

# Novo Plano Estadual de Educação apoiado pela Adusp torna-se PL 1.035/15

A proposta de Plano Estadual de Educação (PEE-Proposta da Sociedade Paulista) preparado pela Adusp em colaboração com outras entidades — Ação Educativa, Aduesp, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Centro de Estudos de Educação e Sociedade, Fórum Paulista de Educação Infantil, Fórum EJA São Paulo, Instituto Paulo Freire e MOVA-SP — tornou-se agora o Projeto de Lei (PL) 1.035/2015, publicado em 27/6 pelo Diário Oficial do Estado (D.O.E).

A publicação, que ocupa as páginas 19 a 95 do D.O.E., seção Legislativo, inclui, além do PL propriamente dito, um grande diagnóstico atualizado da educação paulista e uma justificativa. Alguns aspectos essenciais do PEE proposto:

a) O amplo e detalhado diagnóstico da educação no Estado de São Paulo, que atualiza o diagnóstico que embasava a proposta de PEE de 2003, abrange todos os níveis, etapas e modalidades da educação e, nele, acham-se as metas propostas.

b) Inclui no texto da lei as condições fundamentais para a construção de uma educação inclusiva, pública, democrática, que valorize o trabalho docente (por meio de salários dignos e condições de trabalho adequadas). As orientações básicas do projeto de lei (acessíveis na página digital da Adusp, em <http://goo.gl/rwyV0k>) incluem:

1) a superação do analfabetismo; a universalização do atendimento escolar; a superação das desigualdades educacionais entre as diferentes escolas, redes e regiões do Estado; a promoção da

cidadania e o enfrentamento de todas as formas de discriminação social; a oferta de educação de qualidade; a formação para a cidadania e para o trabalho; o respeito aos valores morais e éticos que devem fundamentar uma sociedade igualitária e democrática; a gestão democrática da educação e a promoção humanística, sócio-ambiental, científica, cultural e tecnológica do País.

2) a aplicação de recursos públicos em educação pública estatal, atingindo 9,5% do PIB estadual em dez anos e a valorização dos (as) profissionais da educação, sendo que a remuneração média dos profissionais da educação pública básica deverá atingir no mínimo a 80%, até 2018, e a 120%, até o fim da vigência do Plano, da renda média dos demais profissionais no

Estado de São Paulo, com mesmo nível de formação e jornada de trabalho e que exercem as profissões para as quais se formaram.

O PEE proposto deve passar pelo crivo da Assembleia Legislativa. O projeto de lei foi apresentado pelo deputado Raul Marcelo (PSOL) e as entidades signatárias esperam contar com o apoio de outros partidos.

## Reitor recua e professora Sonia Kruppa ingressa no RDIDP

A transferência da professora Sonia Kruppa, da Faculdade de Educação, para o Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) foi finalmente publicada pelo *Diário Oficial do Estado* de 24/6/15. Superou-se assim a arbitrária e absurda decisão anterior do reitor M.A. Zago que, na condição de presidente da Comissão de Claros Docentes, extrapolara suas atribuições legais e determinara, em 13/11/14, a suspensão da transferência da docente, apesar da tramitação absolutamente regular do processo (vide <http://goo.gl/qQwLxk>).

Na ocasião, o reitor decidiu por conta própria, à inteira revelia do Estatuto da USP e sem sequer consultar a própria Comissão de Claros Docentes, “suspender as análises de solicitações de transferência para o RDIDP, até que estejam finalizados os trabalhos referentes à nova política de regime de trabalho e de progressão na carreira”.

Diante do recuo da Reitoria, a professora Sônia enviou a seguinte mensagem: “À Adusp, na pessoa do professor Ciro! À cara doutora Lara! Em função da publicação no D.O. de 24/6/2015 de meu ingresso no RDIDP, ao tempo em que agradeço o empenho e a atenção disponibilizada a este caso, autorizo que a advogada Lara Lorena tome as medidas cabíveis para a desistência da ação judicial movida em minha defesa. É indispensável afirmar que, nesta ação, mais uma vez a Adusp demonstrou competência, inclusive pela forma solidária e fraterna com que me atendeu. Pessoalmente e como docente, sinto-me orgulhosa de minha filiação a essa Associação”.

## Reitoria abre processo contra membros do Conselho Universitário por terem se manifestado “em voz alta”

Três estudantes estão sofrendo processos administrativos em razão de suas intervenções em reunião do Conselho Universitário (Co) realizada em 7/4. Danilo Pereira dos Santos (EEFE), Marcela Silva Carbone (ECA) e Vanessa Del Castilho Silva Couto (FSP), que são representantes discentes no Co e membros do Diretório Central dos Estudantes (DCE-Livre Alexandre Vannucchi Leme), receberam intimação em 20/5 para apresentar defesa prévia e depor diante da Comissão Processante constituída, para esse fim, pelo reitor M.A. Zago.

Os processos administrativos foram instaurados pela Portaria 401/2015, assinada pelo reitor em 13/4. De acordo com ela, na sessão do Co de 7/4 a representante discente Marcela Carbone “se levantou na plenária em atitude intempestiva e em voz alta, interrompendo o andamento regular dos trabalhos”, não quis inscrever-se para falar e “continuou a se manifestar inoportunamente”, o que levou o reitor a encerrar a sessão.

Ainda segundo a portaria do reitor, Marcela, “mesmo após o

encerramento, acompanhada dos conselheiros Vanessa Del Castilho e Danilo Pereira dos Santos, entre outros, continuaram [sic] a se manifestar em voz alta, criticando a falta de abertura para o diálogo e atitudes autoritárias da Reitoria”.

A citação encaminhada pela Comissão Processante tem o selo do Gabinete do Reitor e leva o timbre da Procuradoria Disciplinar, ramo da Procuradoria Geral criado na gestão de J.G. Rodas. O processo se baseou nos incisos VII e IX do artigo 250 do Regimento Geral da USP, datado de 1972, que qualifica como violação “perturbar os trabalhos escolares, bem como o funcionamento da administração” e “desobedecer aos preceitos regulamentares constantes dos Regimentos das Unidades, Centros, bem como dos alojamentos e residências em próprios universitários”.

**Cotas raciais.** Na sessão extraordinária de 7/4 do Co, discutiu-se a continuidade de revisão do Estatuto da USP, iniciada em 2014. Enquanto a reunião acontecia, diversos estudantes

faziam um ato em frente ao Co, exigindo a inclusão do debate sobre cotas raciais na sessão do conselho, e os representantes discentes pressionavam o colegiado por um posicionamento sobre a questão. Sem sucesso, os manifestantes decidiram entrar no prédio, e a reunião foi encerrada pelo reitor.

Outro processado pela Reitoria, porém judicialmente, é o funcionário Marcello Santos, do bandeirão da Física e diretor do Sintusp, conhecido como Pablito. Ele é acusado de haver cometido “ato de improbidade, mau procedimento e ofensa moral e física aos superiores hierárquicos”.

A ação contra Pablito refere-se à ocupação do Co durante a reunião de 14/4, ocorrida no Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN). Na ocasião, estudantes e funcionários entraram no edifício onde acontecia a reunião, depois que quatro membros do grupo denominado Ocupação Preta, que luta pela adoção de cotas na USP, tiveram seu acesso negado pela Reitoria, embora tivessem protocolado antecipadamente um pedido de participação.

# Seminário da PRCEU indica leniência da Reitoria frente aos cursos pagos

O seminário “Cursos de Extensão na USP em Debate”, realizado nos dias 22 e 23/6 pela Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária (PRCEU), demonstra que a Reitoria continua a mostrar leniência frente aos cursos pagos, a começar pela posição da Procuradoria Geral (PG), favorável à cobrança. As cinco mesas foram compostas por diversos defensores dos cursos pagos. Inversamente, entre os convidados figurou apenas um pequeno número de vozes críticas ao que um dos pró-reitores adjuntos definiu, elegantemente, como “trocas mercantis”.

Ao encerrar o seminário, a pró-reitora Maria Armanda Arruda reconheceu que a iniciativa foi “desencadeada por uma discussão que diz respeito à ação [judicial] da Adusp” contra os cursos pagos, em curso no Tribunal de Justiça (TJ-SP).

O ex-reitor Jacques Marcovitch (FEA) principiou sua exposição afirmando que “boa extensão é aquela associada à boa pesquisa”, citou a Biblioteca Brasileira como exemplo da importância das fundações ditas de apoio para agilizar as interfaces da universidade com a sociedade — “não fosse pela FUSP [Fundação Universidade de São Paulo] não teria sido possível receber os recursos do BNDES que permitiram construir esse edifício” — e comentou o importante papel dos museus da USP como referenciais da extensão universitária.

No entender do ex-reitor, se existe um Fundo de Cultura e Extensão Universitária isso se deve aos “recursos angariados da concepção utilitária de extensão, no sentido próprio da palavra”. Explicou que se referia “à Agência USP de Inovação, ao Cietec, às incubadoras, aos convênios que as áreas de Agronomia, Administração, Engenharia, Odontologia e tantas outras estão executando e geram recursos para a universidade”.

O professor Ciro Correia, presidente da Adusp, presente no plenário, inscreveu-se para rebater as alegações do ex-reitor: “O professor Marcovitch falou sobre a concepção utilitarista da extensão. A questão é: quem utiliza e quem se beneficia dessa utilização? Isso não está bem definido

na Universidade e só vamos avançar na discussão se colocarmos o dedo na ferida. De quem está ganhando dinheiro com essas parcerias, de quais são as complementações salariais advindas de cursos pagos nessa instituição, para saber se estão vinculadas ao projeto acadêmico, se estão vinculadas a interesses privados de fora da universidade ou se estão vinculadas a interesses pessoais do corpo da universidade. Temos demonstrado, ao longo dos anos, que a relação utilitarista que as entidades privadas buscam na universidade beneficia a elas e não à instituição pública”.

Ciro também questionou que as parcerias citadas por Marcovitch gerem recursos capazes de manter setores que não interessam ao mercado: “O Museu Paulista está fechado e a expectativa de abertura é em 2022; a Estação Ciência está inoperante; o Fundo de Cultura e Extensão Universitária é ridículo face ao orçamento público dessa Universidade”.

**Posição da PG.** Na mesa seguinte, a procuradora geral da USP, Maria Paula Dallari Bucci, externou claramente a posição da Reitoria sobre os cursos pagos, que se baseia em “longo parecer” de sua autoria (<http://bit.ly/1dzaqRy>), elaborado em 2003 e utilizado pela USP para contestar o processo judicial no TJ-SP (<http://goo.gl/whvvpZ>): “Realizar os cursos mediante cobrança é uma possibilidade que a Procuradoria entende admissível e compatível com o ordenamento constitucional brasileiro”.

A PG alinha-se à alegação dos defensores dos cursos pagos de que essa atividade não é ensino, mas extensão: “Se a Constituição, ao mencionar a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais e no artigo seguinte, quando ela descreve a atividade das universidades, faz referência ao Ensino, Pesquisa e Extensão, é porque, numa interpretação sistemática da Constituição, Ensino não é sinônimo de Extensão. São atividades distintas. E se são atividades distintas e a Constituição contemplou a atividade de Ensino expressamente com o regime da gratuidade e não o faz para com a Extensão, é porque é facultado conferir esse tratamento distinto a essas duas atividades”.

Bem diversa é a opinião do promotor de justiça Marcelo Pedroso Goulart, diretor da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo, que integrou a mesma mesa: “O que se aplica aqui é a gratuidade do Ensino e este pode ser entendido como Educação, até porque o outro princípio citado é o da indissociabilidade de Ensino, Pesquisa e Extensão. Portanto, se fizermos uma interpretação prescritiva de que a gratuidade se aplica apenas ao Ensino, nós podemos ter uma outra interpretação que é a de que Ensino, Pesquisa e Extensão não são dissociáveis, não podem ser vistos como ‘caixinhas separadas’ e separá-las significa fugir da totalidade da Educação e dos princípios que se aplicam aqui”.

Na visão de Goulart, a questão é essencialmente política e não jurídica. “Esse debate jurídico esconde a questão central que é a disputa do orçamento. É isto que está em xeque. Nós estamos tentando encontrar saídas, buscar meios — talvez não legítimos — de financiar a educação, quando a disputa que devemos fazer está no orçamento, na política fiscal, no sentido de o poder público assumir o seu papel de educador”.

**Dotação própria.** Na mesa de 23/6 intitulada “Propostas de Futuro para os Cursos de Extensão”, o professor Ciro Correia informou que a Adusp propõe que todas as atividades de extensão que tenham relevância, e sejam efetivamente realizadas junto à sociedade de forma gratuita, tenham dotação própria no Orçamento da USP. Observou que atividades privadas, como os cursos pagos, “ferem o espírito republicano, que prevê a separação entre o público e o privado”. Mostrou, com transparências, que as receitas somadas das fundações que atuam na FEA (FIA, Fipe e Fipecafi) é superior ao orçamento da unidade, e indagou: “Esta instituição é pública ou é privada? A quem responde?”

“A estrutura de poder da USP está comprometida por interesses privados”, denunciou o presidente da Adusp, assinalando que, em 2001, 1/4 dos membros do Conselho Universitário estava em situação de conflito de interes-

ses, e em 2015 essa proporção passou a 1/3.

A professora Esmeralda Vailati Negrão (FFLCH) elencou, entre os papéis da extensão, os de “integrar o saber produzido pela universidade com as experiências vividas pelos diversos segmentos da sociedade” e propiciar formação não contemplada nos currículos dos cursos regulares.

Esmeralda defendeu a cobrança, porque “gera recursos para fomentar os diferentes formatos de cursos, remunerar pós-graduandos e fomentar atividades não contempladas pelos órgãos de fomento à pesquisa”, sem os quais “corremos o risco de inviabilizar as atividades de extensão no âmbito da universidade pública”.

Também apoiaram a cobrança outros expositores, como os professores José Roberto Cardoso (EP) e Pedro Marques (Esalq). Cardoso chegou a propor ao plenário um roteiro para elaboração de projetos de cursos remunerados, que inclui a contratação de *experts* em comunicação e *marketing*. Marques defendeu o financiamento externo: “É até injusto tirar verba de creche para bancar empresários”, alegou.

O professor da Esalq surpreendeu ao relatar com grande cruzeza suas atividades remuneradas: “Vou falar da experiência que a gente tem lá de conduzir os negócios. Não tínhamos nenhum programa de treinamento de engenheiros. Fiz um programa de agronegócio. As grandes empresas do agronegócio são nossas parceiras”.

Os polos presenciais do seu curso à distância, criado em 1986 mas só “institucionalizado” em 2003, espalham-se por Cuiabá, Sinop (MT), Dourados (MS), Luis Eduardo (BA), Balsas (MA), Goiânia e outras cidades. “Se não ocuparmos esse espaço outros vão ocupar”, afirmou.

No debate, o professor Ciro rebateteu declarações do colega da Esalq, lembrando, por exemplo, que o Brasil é o país que mais usa agrotóxicos no mundo e caberia à universidade pública ocupar-se desse grave problema, o que se choca com o financiamento externo: “A Monsanto não vai dar dinheiro para pesquisa de alternativas aos agrotóxicos”.

# Docentes da FFLCH condenam atuação da CERT e questionam Luiz Nunes sobre clima de insegurança

Na reunião de 9/6, presidente revelou que a comissão examina 200 processos por reunião! Também há docentes atingidos na EACH, ECA, EP, ESALQ, FAU, FCFLRP, FE, FEARP, FZEA, IB, IF, IGc e IME

O presidente da Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT), professor Luiz Nunes de Oliveira, reuniu-se com os docentes da FFLCH em 9/6, no salão nobre, que ficou lotado. Onze professores da FFLCH enfrentavam problemas com a comissão. Diante das proporções que o conflito tomou, a Congregação da FFLCH, além de constituir uma “Comissão de Acompanhamento da Carreira Docente”, aprovou moção com duras críticas à CERT, ao final da qual anuncia que “apoia os recursos realizados pelos diversos departamentos e solicita à Reitoria e à CERT a reversão do conjunto das decisões sobre esses professores considerando seu período experimental, ou a etapa correspondente, satisfatoriamente concluído” (<http://bit.ly/1LW3lXc>).

Como resumiu uma professora: “Fomos unânimes em dizer ao professor Nunes, de diferentes formas, que a conduta da CERT sob a sua gestão tem instaurado um clima de insegurança entre nós, que não há clareza quanto aos critérios usados no processo de avaliação e que têm se acumulado os casos em que a CERT apresenta parecer divergente dos elaborados pelos departamentos e validados pela unidade”.

Ex-pró-reitor de Pesquisa (2001-2005), Nunes iniciou sua exposição com a afirmação de que o sistema de base quantitativa amplamente empregado para avaliar a atividade acadêmica no país é falho. Disse que a CERT está empenhada em definir outros parâmetros e que está aberta ao diálogo com as unidades para avançar neste sentido.

Ele explicou que há uma rotina na produção dos pareceres já incorporada pelos funcionários da equipe técnica e que a CERT analisa cerca de 200 processos por reunião. Defendeu que os docentes avaliados e os pareceristas deixem mais claro quais os méritos a serem destacados em cada relatório, explicitando os indicadores a se-

rem considerados.

Nunes está realizando reuniões semelhantes com várias unidades. “Estive na FAU, na FEA, no IP. Estou explicando o trabalho que a CERT está fazendo, quais são os problemas que a gente encontra. Há uma barreira na comunicação entre a CERT e a comunidade”, declarou ao *Informativo Adusp* (vide p. 6).

Além da FFLCH, pelo menos outras 13 unidades contam com docentes ameaçados ou já punidos pela CERT: EACH, ECA, EP, ESALQ, FAU, FCFLRP, FE, FEARP, FZEA, IB, IGc e IME. Recentemente, a CERT transferiu de regime um docente da EP, que sofreu, desse modo, rebaixamento salarial.

“**Abismo**”. As intervenções de Nunes na reunião da FFLCH foram vistas por alguns dos professores presentes como contraditórias. “Minha percepção foi a de um abismo entre as palavras ditas em um momento e as ditas em outro pela mesma pessoa, o presidente da CERT”, comentou o professor Adrián Pablo Fanjul (Letras Modernas). “Iniciou dizendo que, antes da gestão dele, a CERT só levava em conta a quantidade de artigos em revistas, e que eles queriam mudar isso. Mas ao longo do debate todo mostrou apenas os artigos em revistas como indicador por ele conhecido ou reconhecido. Chegou a dar um exemplo de que reconsideraram um relatório que haviam reprovado, porque uma revista que o docente em questão coordenava tinha Qualis B1 e passou a ter Qualis A2. Graças a essa circunstância fortuita e estranha ao seu desempenho, o docente teve seu relatório aprovado”.

Adrián sentiu-se “profundamente desrespeitado” em alguns momentos do debate: “No início, Nunes afirmou que a carga horária docente não diz nada para eles, porque não sabem se as aulas foram ‘de qualidade’. Contou que um professor que tinha seu relatório questionado foi instado

pela CERT a demonstrar a qualidade das suas aulas, já que as publicações que mostrava não vinham suficientemente certificadas pelo Qualis; que, para essa demonstração, o professor obteve cartas de alunos falando bem dele e do seu curso; então, a CERT o considerou satisfatório”.

Tudo isso, relata o professor da FFLCH, contado “com simpatia e o tom de um freguês afável”. Questionado imediatamente, o presidente da CERT afirmou ser apenas um exemplo. “Mas reiterou várias vezes o conceito de que as aulas em si nada demonstram, que os docentes terão que levar provas do que isso deixou ‘de positivo’ para os alunos”. Na opinião de Adrián, o episódio demonstrou arbitrariedade e falta de seriedade de Nunes, em agudo contraste com a “explicitação descritiva e dramática da situação dos docentes atingidos pelos novos critérios que o próprio Nunes simultaneamente dizia não serem claros para ele!, e dos muitos que sentem que podem ser atingidos”.

O presidente da CERT sustenta outra versão para o episódio narrado por Adrián. Para ele, “a carga horária docente é um indicador quantitativo que nada diz sobre a qualidade do ensino; por isso precisamos de mais indicadores, qualitativos”. Por outro lado, a CERT a seu ver “dá muita atenção à carga horária, porque ela permite avaliar a importância do trabalho didático entre as atividades acadêmicas do docente”. Ao que parece, continua Nunes, “alguém entendeu mal e imaginou que eu me referia ao índice Qualis, da Capes”, embora ele tivesse se limitado a oferecer “exemplos de tais indicadores, ao tratar do ensino”.

Quanto às cartas de apoio ao docente mencionado na conversa de 9/6, o presidente da CERT faz ao *Informativo Adusp* um relato em pormenores. Telefonou para a respectiva unidade, diz, “para explicar que precisávamos de indicadores qualitativos para avaliar as várias atividades enumeradas no relatório”. Prossegue: “Fui então informado de que o docente tinha excelente perfil didático, mas deixara de incluir dados sobre seu desempenho, provavel-

mente porque julgara que a CERT os desconsideraria. Seguiu-se discussão sobre indicadores e dois foram mencionados, a título de ilustração. Pouco tempo depois, a CERT recebeu um novo relatório, com os dois indicadores sugeridos e um terceiro, inesperado: vários testemunhos, não de alunos, mas de profissionais, já formados, sobre as qualidades do docente. Não houve constrangimento ou imposição. Ao contrário, o docente ofereceu uma demonstração prática de sua criatividade, virtude que caminha de mãos dadas com o ensino de boa qualidade”.

Nunes considera descabida a crítica do professor Adrián ao modo como abordou o caso na reunião de 9/6. Diz encarar “todas as ramificações do trabalho da CERT como questões vitais para as instituições” e para a comunidade universitária. “Menos ainda cabe a acusação de arbitrariedade, já que o exemplo em questão apenas revela uma das metas da CERT: conseguir que cada docente apresente os retratos que melhor descrevem o seu trabalho”.

**Coincidências?** Uma das perguntas dirigidas ao presidente da CERT, lembra o professor Sean Purdy (História), foi sobre eventual relação entre as recentes ações da CERT e o fato de o GT Atividade Docente haver apresentado uma proposta de contratações, daqui para a frente, em Regime de Turno Parcial (RTP), o que minaria o Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP). “Ele negou. Mas é simplesmente uma coincidência que as duas coisas aconteceram ao mesmo tempo? É coincidência que os docentes tenham muitas reclamações da CERT quando o atual reitor foi membro (1994-1997) e presidente (1997-1998) da CERT?”

É coincidência, continua Sean, que um dos atuais membros da CERT, colega da FFLCH, tenha publicamente atacado seus colegas num artigo do *Estadão* (“por serem preguiçosos e vagabundos”)? “Um membro da CERT deve publicar ofensas contra pessoas que possivelmente ele vai julgar?”

Nunes afirmou reiteradamente aos docentes da FFLCH que o problema é de comunicação: que os relatórios e pareceres não são suficientemente claros sobre as atividades desenvolvidas pelos docentes. Um docente sugeriu, diante disso, que a CERT revisse todos os processos que resultaram em extensão do probatório e ou em solicitação de justificativa para o RDIDP. O presidente da comissão rejeitou essa possibilidade.

“A impressão que me deixou o professor Nunes foi a de que tinha apenas um mote para justificar todas as arbitrariedades cometidas: seria a falta de indicadores de avaliação nos relatórios, para que os integrantes da CERT pudessem avaliar a qualidade e não a quantidade da produção de cada professor. Todavia, não garantiu que o indicador apresentado pelo professor para ser avaliado será de fato considerado na avaliação, uma vez que a CERT tem a prerrogativa de referendar ou não o referido indicador”, assinala o professor Helder Garmes (Letras Clássicas).

“Soa como uma daquelas expressões do universo de gestão que se apresentam como democráticas, mas de fato só fazem aumentar a possibilidade do emprego arbitrário do poder. Ninguém nega que poderia ser empregada de modo democrático, favorecendo o respeito à diversidade de critérios que deveriam ser levados em conta na avaliação individual de cada professor”, continua Hélder. “Mas quando a CERT faz o que fez nesse último ano, rejeitando, sem emprego de qualquer critério de qualidade, os recursos dos professores que tiveram seus relatórios reprovados, é um indicador suficientemente claro para se apostar que isso só vem favorecer a arbitrariedade do poder daquela comissão”.

No entender de vários dos docentes da FFLCH, a explanação do presidente da CERT e suas respostas aos questionamentos foram insatisfatórias. A julgar por seu depoimento, a CERT quer fazer crer que pode alcançar maior justiça na elaboração de seus 200 pareceres por reunião por meio de ajustes nos relatórios e pareceres, quando tudo indica que esse volume exorbitante de processos, analisados em ritmo que lembra os “mutirões judiciais”, por si só é uma distorção.

No final da reunião Nunes propôs-se a “pactuar” critérios com os departamentos. O que chama atenção para a assimetria entre os possíveis pactuantes, ob-

serva o professor Adrián. De um lado os departamentos e a faculdade, centros de produção efetiva de conhecimento, que desenham planos de metas, projeto pedagógico, são avaliados por comissões externas, e cuja produção é reconhecida nacional e internacionalmente: “Por isso somos convidados a participar de conselhos editoriais, de bancas, de projetos de cooperação, de assessorias, e um longo etc”, pontua o docente. Do outro lado, uma comissão nomeada só pelo reitor e que não presta contas a ninguém nem é avaliada por ninguém.

**Tripé desarticulado.** Na opinião da professora Valéria de Marcos (Geografia), que também participou da reunião, a CERT aposta “em um desenho específico de professores, buscando eliminar aqueles que, na opinião da comissão, não se adequam a um perfil característico: o docente produtivista”.

O tripé pesquisa, ensino e extensão, avalia Valéria, não pode reduzir-se a um jargão, precisa ser colocado em prática. “Se você ignora isso, fragiliza a qualidade do ensino. A forma como a CERT avalia o trabalho dos docentes é problemática porque coloca um peso demasiado na pesquisa e ignora fatores como a capacidade de docência, a didática. A CERT aponta para a desarticulação do tripé”.

A própria existência da comissão fere a lógica acadêmica, reflete Valéria quando provocada a respeito pelo *Informativo Adusp*. “No fundo, a CERT não tem sentido. Se o seu departamento não endossa o que você faz, é uma coisa. Outra coisa é a CERT julgar a produção de um geógrafo ou de um sociólogo através de pessoas de outras áreas, que não percebem que o que se produz (e a forma como se produz) nas Humanas é diferente dos outros campos do conhecimento. Qualidade não pode ser confundida com quantidade”.

A maioria dos 11 casos de professores sob pressão da CERT na FFLCH concentra-se no Departamento de Letras Modernas (DLM). “Temos atualmente quatro casos. Um é mais antigo. Dois são bem candentes, tiveram o relatório agora prorrogado e entraram com recursos. O quarto é bem recente, sobre ele a CERT me convocou para uma conversa, o processo será devolvido ao departamento para esclarecimentos”, explica ao *Informativo Adusp* o professor Álvaro Faleiros, chefe do DLM.

“A legitimidade da CERT vem sendo contestada”, resumiu ele,

quando indagado a respeito. A posição do DLM é de “defesa dos docentes pelo respeito aos pareceres positivos já emitidos”, diz o professor Faleiros. “Enviamos carta pedindo que os pareceres favoráveis emitidos sejam considerados”.

O professor Álvaro de Vita, chefe do Departamento de Ciência Política (DCP), informou que nele há dois docentes em situação semelhante. “No caso de um deles, a CERT (na gestão anterior à do professor Nunes) prorrogou o estágio probatório por mais dois anos. O docente apresentou o relatório relativo a essa prorrogação, que está em análise na CERT, neste mês de junho. No caso do outro, o relatório, que ainda não era o último do estágio probatório, foi aprovado com a ressalva de que o docente deve aumentar sua produção bibliográfica”.

O conselho do DCP discutiu a questão em reunião realizada no início de junho: “O que foi enfatizado, até agora, é a necessidade de os docentes circunstanciar de forma apropriada suas atividades no relatório para o estágio probatório. O caso mais urgente, que é o docente que teve seu estágio probatório prorrogado, pode ser tratado dessa forma. O docente fez um relatório mais detalhado”. O Departamento solicitou dois pareceres circunstanciados (um interno e outro externo) para acompanhar o relatório. “Como os dois pareceres avaliaram de forma bastante positiva as atividades do docente, acreditamos que o relatório final deverá ser aprovado sem problemas”.

O DCP está representado na Comissão de Acompanhamento da Carreira Docente “e, por enquanto, só vai se manifestar sobre a atuação da CERT por intermédio dela (há reunião marcada para 3 de julho)”, declarou o professor Vita ao *Informativo Adusp*.

O professor Roberto Bolzani Filho, chefe do Departamento de Filosofia, informou que dois de seus professores estão enfrentando problemas com a CERT. No Departamento de Geografia (DG) havia pelo menos um caso. Os estudantes do DG promoveram recentemente um ato de desagravo e solidariedade a docente sob ameaça da Comissão.

“Essa movimentação tem o objetivo de pensar, junto com os professores, que Universidade a gente quer de verdade. Precisamos bater de frente com o projeto que está sendo colocado”, disse uma aluna participante, que prefere não se identificar, com receio

de represálias. Ela declarou ao *Informativo Adusp* que a USP “incentiva a pesquisa de forma produtivista” e que o docente em questão foi submetido a situação “absurda e constrangedora”.

### Questionamentos no IGc.

O presidente da CERT participou de outro encontro em 23/6, no IGc, onde dois docentes tiveram seus relatórios rejeitados, com a consequente ampliação por dois anos do estágio probatório. No encontro, além de negar, ao ser questionado por um dos docentes em causa, que tais relatórios tenham sido reprovados (“estamos concedendo uma oportunidade para aperfeiçoamento”) e que a ampliação do probatório tenha caráter punitivo, ele fez discurso idêntico ao realizado na FFLCH: iniciou reiterando que os problemas atuais são oriundos da falta de comunicação; os relatórios seriam mal redigidos, na medida em que indicadores quantitativos têm sido privilegiados; a comissão quer pareceres qualitativos, comprovados.

“Pontos pitorescos”: assim a professora Adriana Alves, que participou da reunião no IGc, definiu o tipo de documentos a serem anexados aos relatórios para comprovar a qualidade das aulas. As sugestões de Nunes: convite a professores vizinhos que façam um parecer de uma ou duas aulas ministradas pelo docente em avaliação; fotos ou *link* para vídeos no Youtube contendo aulas que o docente julgar inovadoras ou interessantes; gráficos com a avaliação das disciplinas (contrapostas ao índice de aprovação).

Quanto à pesquisa, a apresentação apenas do número de *papers* e nomes/fatores de impacto dos periódicos não seria suficiente. Nesse âmbito os pareceristas deveriam explicitar a contribuição à ciência contida nos *papers*; deveriam ser anexados pareceres de pedidos de auxílio à pesquisa (aprovados ou não), para mostrar que o docente “está tentando”; deveria haver engajamento em desenvolvimento e manutenção de laboratórios de pesquisa.

No debate, o professor titular Mário da Costa Campos Neto questionou a capacidade e as atribuições da CERT: “É pouca gente para administrar tanta coisa. A CERT tem se dado um poder descabido, maior do que a chefia, a Congregação, as comissões internas. O papel está além das suas prerrogativas”. Nunes respondeu que a legislação apoia e respalda as atuais intervenções da CERT.

# “Queremos valorizar todas as atividades acadêmicas, em especial ensino e pesquisa”, garante presidente da CERT

Ao *Informativo Adusp*, o professor Luiz Nunes de Oliveira declarou-se “um pouco surpreso” com os questionamentos surgidos na FFLCH. “A gente não valoriza apenas publicações em revistas científicas. Queremos valorizar todas as atividades acadêmicas, em particular ensino e pesquisa”. O presidente da CERT atribui a responsabilidade maior, por eventuais erros de avaliação, aos próprios docentes prejudicados: “O problema é que os relatórios dão ênfase às atividades de pesquisa. Todo mundo se preocupa em valorizar seu trabalho na pesquisa, mas muito pouca gente se preocupa em valorizar o trabalho de ensino, de extensão. Alguns relatórios limitam-se a citar a carga didática, quando a nossa preocupação é com a qualidade”.

Sua intenção, enfatiza, é “mudar essa maneira de pensar”, que reconhece ser a cultura oficial vigente na USP e na Capes. “Claro que pesquisa é muito importante, mas ensino, extensão, administração têm valor”. Ao final da conversa com o repórter, repisou: “Ensino e pesquisa estão em pé de igualdade e queremos valorizar extensão e administração. Não pode ser um processo burocratizado. A avaliação não é meramente quantitativa”.

Nunes diz não ver problema na enorme quantidade de processos gerenciados e apreciados pela CERT. “São 200 processos por reunião, a cada dez ou quinze dias, mas nem todos são relatórios bienais. Os membros da comissão vão um dia antes, dão uma olhada, olham cuidadosamente, anotam suas observações, depois apresentam seu relatório”. Minimizou a tendência da comissão de votar sempre com o relator: “Em muitos e muitos casos o relator muda de ideia”.

No entanto, na reunião da FFLCH, admitiu que a quantidade de processos faz com que os pareceres sejam menos “construtivos” do que ele, pessoalmente, gostaria.

**“Equívocos”.** Questionado quanto aos amplos poderes da CERT, Nunes avalia que ela é apenas uma comissão assessora do reitor: “Nossa função está muito bem definida na resolução 3.533/89. Não extrapolamos, somos bastante cuidadosos”. Acredi-

ta que há razões para que a CERT exista: “O objetivo do processo de avaliação não é punir ninguém. Há problemas de comunicação”.

Cabe aos docentes avaliados, insiste, a responsabilidade pelos erros cometidos pela CERT: “De vez em quando há alguns equívocos, em razão de relatórios mal informados”. Dá como exemplo um docente que “deixou de indicar no relatório coisas boas que ele faz”, e que depois comentou que “não sabia que era para indicar”.

O presidente da CERT nega enfaticamente que a atual gestão da comissão tenha um perfil semelhante ao das gestões da década de 1990. “Não é verdade. Não ocorreu nenhuma grande mudança de orientação. Houve casos de transferência de regime na gestão anterior [de J.G. Rodas]. Existe uma noção absurda de que a CERT estaria querendo rebaixar as pessoas [transferindo de RDIDP para RTC ou RTP] para economizar recursos. Eu não aceitaria o cargo se o reitor me pedisse isso”.

Se não há por parte do departamento ou dos alunos restrições quanto ao desempenho didático dos docentes; e se as atribuições da CERT não são de fazer avaliação — que é de competência dos departamentos e unidades — o que justificaria a CERT ocupar-se da questão?

No entender de Nunes, essa pergunta do *Informativo Adusp* “desconsidera as disposições da Resolução 3.533/89 sobre relatórios bienais dos docentes em período de experimentação e sobre pedidos de credenciamento para atividades simultâneas)” e ainda “sugere que o ensino inspirador não mereça recompensa”. A CERT, garante ele, “entende que formar estudantes é função nobre, que está no cerne da missão universitária e é tão importante quanto a pesquisa e a extensão”.

**Intranquilidade.** No que diz respeito à averiguação das condições nas quais os docentes têm realizado suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, em especial os que se encontram em regime de experimentação, o presidente da comissão informou que “nos últimos doze meses diversos membros da CERT [inclusive ele] visitaram 15 unidades para discu-

## POSIÇÃO DA DIRETORIA

### CERT é instrumento de intimidação incompatível com ambiente acadêmico

Ao retomar, por determinação da Reitoria, o papel inquisitorial, policesco mesmo, que julgávamos extinto há uma década, a CERT dá demonstração cabal de sua ilegitimidade e profundo distanciamento do interesse público.

Não bastasse o fato de sua composição originar-se integralmente na caneta do reitor, sem qualquer mediação com as instâncias universitárias, os seus membros, à frente o presidente Luiz Nunes, agem de modo obstinado como se predestinados estivessem para identificar e expurgar docentes cujo desempenho seja considerado insatisfatório, ainda que tal veredito seja consistentemente refutado pelas unidades.

A escala industrial da apreciação de processos pela CERT — 200 processos a cada reunião — sinaliza que ela avocou para si o processo de avaliação. De comissão assessora, apta a indicar eventuais debilidades ou equívocos na avaliação feita nos departamentos, passou a ser a principal instância avaliadora, à revelia do Regimento Geral da USP.

A finalidade dessa frenética atividade correcional é clara: intimidar o corpo docente; enquadrá-lo quanto ao atendimento de sucessivas exigências comprobatórias de “qualidade”; por fim, tornar vulnerável o RDIDP, desmoralizá-lo, abrindo caminho às desqualificadas propostas do GT Atividade Docente, tais como o ingresso na USP exclusivamente em turno parcial (RTP) e as avaliações quinquenais.

A CERT é uma aberração incompatível com um ambiente acadêmico sério, democrático e saudável. A CERT pratica assédio moral institucional. Por isso, continuará a ser incansavelmente combatida por nós.

*Diretoria da Adusp*

tir procedimentos e condições de trabalho com as chefias departamentais, diretorias e docentes”, e que novas reuniões estão previstas para julho e agosto.

Provocado a comentar moção aprovada em 2000 pela Congregação do IGc, diante da iniciativa da CERT de propor a mudança de regime de trabalho de quatro docentes da unidade de reconhecido envolvimento institucional (“Os membros da Congregação entendem que o clima de intranquilidade hoje existente na unidade vem servindo para desestimular as atividades de ensino e pesquisa”), Nunes voltou a insistir na tese da falta de indicadores de avaliação, os quais responderiam pelos problemas encontrados nos pareceres.

“Coincide que há poucos dias, em 23/6, participei de reunião aberta a todos os docentes do IGc, organizada pela Direção [...] a cooperação entre as duas Chefias Departamentais, as comissões estatutárias e a CERT permitirá escolher indicadores qualitativos que

servirão de bússola para trabalho estimulante e produtivo no ensino, na pesquisa e na extensão. A falta de tais indicadores tem prejudicado o trabalho da CERT e gerado pareceres assimétricos, focalizados na produção científica”.

Convidado a comentar manifestação do professor V. Agopyan, hoje vice-reitor, durante reunião do Conselho Universitário realizada em 2000 (“A avaliação é uma ferramenta de qualidade e não de punição. Avaliação de punição é pré época medieval. [...] Usar o mesmo instrumento de medida para avaliar 35 unidades com características diferentes é de uma mediocridade que não cabe em uma Universidade como a USP”, *Revista Adusp* 22, março de 2001), Nunes respondeu que ela “casa perfeitamente com o espírito reinante na CERT”, na atualidade: “Não queremos aplicar um mesmo critério a todos os relatórios. Cada departamento tem suas especificidades e cabe a seu corpo docente escolher os indicadores”.

# Sobre decorrências nefastas e incertezas das “Propostas Iniciais...” do GT-AD

“Solicito a gentileza de dar ampla divulgação em sua unidade e de encaminhar sugestões para o aperfeiçoamento do mesmo até o dia 14 de agosto p.f., para o e-mail [gtdocente@usp.br](mailto:gtdocente@usp.br)”. Esse foi o modo lacônico e informal escolhido pelo gabinete do reitor para encaminhar às unidades o novo documento produzido pelo GT-Atividade Docente (GT-AD): “Propostas Iniciais sobre Valorização da Docência e Avaliação”.

Do mesmo modo que o pouco cuidadoso balão de ensaio anterior, as “Propostas Iniciais...” são uma obra do seletivo grupo de 24 docentes, dentre os quais 8 professores titulares, escolhidos pelo reitor para cumprir a tarefa de tirar da cartola propostas para questões tão “secundárias” na vida acadêmica da USP como a proeminência ou não do Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP); as consequências da criação de um regime de tempo integral sem dedicação exclusiva; a institucionalização na USP de ingressos exclusivamente em Regime de Turno Parcial (RTP); a possibilidade de mudança de regime de trabalho de todo e qualquer docente a cada avaliação quinquenal...

A nova peça, agora revestida de alguma formatação, segue na mesma linha e sem qualquer zelo com a fundamentação, tal e qual o documento anterior, “GT-Atividade Docente – Avaliação, valorização do ensino e carreira/diretrizes gerais”, apócrifo, mas produzido pelo mesmo grupo.

Para além de repisados clichês acerca da “necessidade de modernizar o regime de trabalho e os sistemas de avaliação individual”, da “valorização das atividades de educação” e da “aplicação do conceito de ‘valorizar a qualidade’”, a nova peça não traz indicação alguma de quais seriam os reais problemas que suas propostas visariam enfrentar, tampouco faz qualquer referência sobre como tais propostas seriam implementadas.

Em síntese, o documento apresenta o que segue:

1. O item “Valorização da docência” define a *obrigatoriedade* da avaliação dos docentes a cada cinco anos, considerados o planejamento acadêmico quinquenal de seu departamento ou unidade e a apresentação de “indicadores de desempenho quanto ao ensino,

pesquisa básica e aplicada, cultura e extensão, incluindo inovação”<sup>1</sup>;

2. O item “Avaliação qualitativa de todas as atividades” sugere a “integração institucional da CERT, CPA e CAA”<sup>2</sup>;

3. O item “Regimes de Trabalho” propõe, além dos regimes já existentes, a criação do “Regime de Tempo Integral - RTI” e a “possibilidade de criação de um regime consolidando o atual RTC [Regime de Turno Completo] com o proposto RTI com uma carga horária de trinta e duas horas”<sup>3</sup>;

4. O item “Ingresso na Carreira” propõe que esse ingresso se dê em RTP, “com a indicação no edital do regime preferencial especificado pelo departamento ou unidade”;

5. O item “Movimentação na Carreira e no Regime de Trabalho” mantém a progressão horizontal, mas propõe que ela seja “vinculada à avaliação periódica do regime de trabalho docente”. Nessa nova sistemática, no caso de um desempenho considerado “excepcional” haveria progressão; e no caso de um desempenho tido como “insatisfatório” haveria mudança do regime de trabalho, implicando rebaixamento salarial.

Assim, considerando os problemas de fundo mais graves: a estrutura de poder anacrônica e completamente viciada, o desrespeito aos mais mezinhos princípios de gestão democrática e a ausência total de transparência acadêmica e financeira na instituição — *problemas que a USP insiste em não superar* —, argumentamos que é bastante oportuna a adoção de cautela, por parte de departamentos e unidades, antes de se lançar ingenuamente a atender a demanda feita de “encaminhar sugestões para o aperfeiçoamento” desta nova-velha peça.

Argumentamos que há situações que melhor atendem ao interesse público, à crítica social e ao descarte de propostas academicamente inadequadas, do que o remendo e a legitimação destas vetustas propostas. Se não, vejamos.

Se está subjacente à proposta do RTI o reconhecimento da inadequação do atual sistema de flexibilização do RDIDP, fica também evidente a perspectiva de que o RDIDP deixe de ser o regime de trabalho preferencial na USP, uma vez que essa “indicação” ficaria

agora circunscrita apenas à menção delegada aos departamentos e às unidades para registro nos editais de concurso, que passariam a prever o ingresso de todos os docentes em RTP.

Colocar todos os docentes em RTP resultaria em aumentar a insegurança de todos, tanto no que se refere à permanência no RDIDP como no proposto RTI, consolidando na USP o descarte da garantia de direitos constitucionais fundamentais dos trabalhadores, como a estabilidade no cargo público que ocupam e a irredutibilidade dos seus salários.

Alheios a todos os problemas que dizem respeito ao modo como se constitui a CERT e ao papel inquisitorial que ela tem cumprido, os membros do GT-AD propõem integrá-la de modo articulado com a CPA e a CAA. Essa medida, associada à obrigatoriedade do ingresso em RTP, desvela o propósito de aprofundar um sistema de controle da atividade docente, fazendo da propalada avaliação uma ferramenta ainda mais efetiva para acabar de vez com qualquer veleidade de liberdade de cátedra e com a possibilidade da existência de perfis acadêmicos diversos, na esteira da adoção de critérios estritamente quantitativos, sempre travestidos de “qualitativos”, que há décadas referenciam a CERT.

O que se propõe agora como movimentação na carreira, com o prêmio da progressão para os docentes com avaliação “excepcional” e a punição por meio da transferência compulsória de regime de trabalho para os docentes com desempenho considerado “insatisfatório”, é o melhor retrato do amplo poder conferido pela Reitoria a comissões como CERT, CPA, CAA. Aprofunda-se assim o já enorme fosso entre Administração e corpo da universidade, por conta do autoritarismo vigente.

Não é demais lembrar que uma avaliação acadêmica efetiva pressupõe que estejam previamente definidos os valores a serem aferidos e o uso que se quer fazer de seus resultados. Para terem legitimidade, tais pressupostos precisavam ser estabelecidos em ambiente absolutamente democrático. Como a USP não atende hoje a esses quesitos, por hora só lhe resta o lugar comum de todo ambiente autoritário: aprofundar

um sistema de premiação e punição que sustente o regime ao sabor das piores experiências já enfrentadas pelo país e pela instituição.

Lembrando as dificuldades crescentes no país de garantir nos tribunais direitos decorrentes do regime jurídico do vínculo empregatício no setor público, e que até agora o referido GT-AD furtou-se a qualquer debate público sobre sua ação e propostas, *é fundamental que se cobre da Reitoria, antes de qualquer sugestão de “aperfeiçoamento”, a devida explicitação de seu plano como um todo*, em especial que responda de pronto como pretende implementar as eventuais mudanças, caso logrem aprovação.

Não nos surpreenderia se tal plano for o de *reclassificar, compulsoriamente*, todos os docentes, à revelia de qualquer respeito à sua opção por permanecer no regime em que se encontrem no momento de implementação da nova estrutura!

No mínimo, parece-nos prudente não entrar de gaiato nesse barco...

## Notas de rodapé

1 Inovação?! Este termo tem sido amplamente utilizado com os significados: “inovação é transformar conhecimento em dinheiro” (Geoff Nicholson) ou inovação é “uma invenção rentável, que pode ser adotada por uma empresa e contribuir para a maximização dos lucros” (Marcos Barbosa de Oliveira, *Revista Adusp* nº 54, maio de 2013, p. 81). É disso que se trata? Querem agora que nos ocupemos também de atividades que tais?

2 Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT, nomeada pelo reitor), Comissão Permanente de Avaliação (CPA, indicada pelo reitor e homologada pelo Conselho Universitário - Co) e Comissão de Atividades Acadêmicas (CAA, comissão permanente do Co).

3 Ademais, são no mínimo curiosas as menções à “consolidação das normas relativas à contratação” de “Professor Temporário” e à de “Professor Substituto em regime de 8 horas”, pelo seguinte: 1) há legislação para esses casos; e 2) sem que se apresente pista alguma acerca da eventual necessidade de tais “consolidações”, o que se pretende com elas?

# A intransigência de Alckmin: nenhum avanço na LDO-2016

Após um dia de reuniões e manifestações na Alesp, com a presença de caravanas de várias cidades do interior e da capital, a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016 (LDO-2106) foi votada na Alesp na noite de 30/6, sem incluir avanço algum em relação às verbas para universidades estaduais, para o Centro Paula Souza ou para a Educação Pública Paulista: 62 votos a favor (66% do total de 94 deputados) e 15 contra.

Não foi por falta de argumentos, dados, esforço e luta de docentes, estudantes e funcionários das estaduais paulistas e do Fórum das Seis que o texto do *caput* do artigo 4º permaneceu o mesmo que desde 1995: 9,57% da arrecadação do ICMS. Foram denunciados — inclusive em apresentação feita na audiência pública conjunta das Comissões de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP) e de Ciência e Tecnologia, no dia 23/6/15 — os enormes montantes de recursos omitidos da base de cálculo das universidades, como o desconto da habitação e a não inclusão de alíneas de juros e multas de mora, entre outras, provenientes do ICMS. Os deputados foram informados de que, devido a estes descontos, entre 2008 e 2014 as estaduais paulistas deixaram de receber R\$ 1,8 bilhão (em R\$ de 1/1/15)!

Nossa reivindicação é simples: que a base de cálculo do percentu-

al destinado às universidades estaduais e ao Centro Paula Souza seja igual à dos municípios paulistas!

Por esta razão insistíamos ser necessário incluir na redação do *caput* do artigo 4º a expressão “total do produto da arrecadação do ICMS”.

O Fórum das Seis sempre mostrou disposição de negociação: propusemos uma variedade de emendas com o conteúdo necessário e conversamos com o relator, deputado Vaz de Lima (PSDB), explicando em detalhes a importância da expressão “total do produto da arrecadação do ICMS” — que ele sabe muito bem o que significa. Uma vez que o relatório de Vaz de Lima, que não incorporava emenda alguma que defendíamos, já havia sido aprovado na reunião da CFOP da manhã de 30/6, insistimos em conversar, às 15 horas, com o colégio de líderes da Alesp, apresentando novamente nossos argumentos e a seriedade da situação conjuntural e estratégica da USP, Unesp e Unicamp; a única alternativa que restava era a construção de uma emenda aglutinativa, feita com acordo de líderes, para ser incluída, no apagar das luzes, na proposta do governo, elaborada por Vaz de Lima.

“**Motoniveladora**”. Surgem claras e límpidas a indisposição de diálogo e negociação do governo Alckmin, bem como seu controle da maioria dos deputados na



Alesp. Como no caso dos professores da rede pública estadual, a intransigência e a “motoniveladora” foram postas em prática. Os muitos docentes e funcionários que compareceram à Alesp (foto) deixaram o plenário Juscelino Kubitschek indignados!

**E os reitores?** Alguém tem notícia de alguma providência concreta e pública tomada pelo Cruesp em relação à LDO-2016? Algum artigo ou entrevista em mídia de impacto? Alguma audiência com o governador ou algum de seus secretários? Procuraram o relator da LDO-2016?

Será que a Reitoria da USP almeja alinhar-se com Alckmin e valer-se dos mesmos métodos autoritários do governador? Destruir o HU, privatizar o HRAC, não substituir docentes e funcionários, confiscar verbas das unidades, perseguir docentes por meio da CERT, ao invés

de somar forças na busca por mais recursos, parecem ser iniciativas compatíveis com essa perspectival

**O que fazer?** É bom que fique claro que em 30/6/15 foi definido pelo governo, por intermédio da LDO-2016, o limite de recursos que será destinado às universidades estaduais em 2016, mantendo os descontos que tanto combatemos! Se, de um lado, interviremos no segundo semestre na Lei Orçamentária (LOA) para 2016, a experiência mostra que, passada a LDO correspondente, modificar a LOA é muito difícil.

Como quem manda na Alesp é o Palácio dos Bandeirantes, é para lá que iremos em maio/junho de 2016, na luta por condições mínimas de vida e trabalho nas estaduais paulistas, em particular para interromper e reverter o desmonte sistemático promovido por M.A. Zago e V. Agopyan na USP.

## Audiência pública de 23/6 na Alesp

Audiência pública realizada em 23/6 na Assembleia Legislativa (Alesp), uma semana antes da votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO-2016), voltou a discutir as propostas do Fórum das Seis de aumento do repasse da Quota Parte Estadual (QPE) do ICMS para as universidades estaduais paulistas e o Centro Paula Souza (Ceeteps).

A mesa contou com a participação dos deputados Mauro Bragato (PSDB), Carlos Giannazi (PSOL), Paulo Corrêa Jr (PEN), Orlando Bolçone (PSB) e Estevam Galvão (DEM) e do professor Francisco Miraglia (representante do Fórum das Seis). Estudantes, funcionários e professores da USP, Unesp, Unicamp e Ceeteps compareceram ao Auditório Franco Montoro da Alesp.

Convocada conjuntamente pelas Comissões de Finanças, Orçamento

e Planejamento (CFOP) e de Ciência e Tecnologia, a audiência foi iniciada com uma exposição do professor Miraglia (<http://bit.ly/1H0vLyf>).

O documento indica que o repasse de 9,57% da ICMS-QPE é insuficiente, mas a situação seria melhor se o governo estadual deixasse de utilizar subterfúgios para reduzir a base de cálculo do repasse.

Miraglia lembrou que a expansão da USP, Unesp, Unicamp e Centro Paula Souza, entre 1995 e 2014, ocorreu sem aumento do repasse do ICMS-QPE para as instituições. O representante do Fórum das Seis enfatizou o fato de que há abatimentos como o da habitação, que entre 2013 e 2015 implica um desconto de R\$ 3,535 bilhões da base de cálculo do percentual destinado às instituições.

“Somos a favor de todas as verbas fundamentais para o exercício da cidadania no Brasil. O que não é possível é misturar contas: tirar dinheiro da educação ativa para botar na habitação, tirar da habitação para botar na educação ativa”. Somados os montantes descontados da base de cálculo das universidades, somente entre 2013 e 2014 foram subtraídos R\$ 7,3 bilhões. Miraglia reforçou a necessidade de mudanças, pela Alesp, do texto do *caput* do artigo 4º da LDO para “total do produto da arrecadação do ICMS-QPE”, de modo a evitar as manobras contábeis do governo estadual.

Ele citou ainda os vários acordos não cumpridos pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB), de repasse de verbas adicionais vinculadas à expansão, como os 0,07%

do ICMS-QPE para a EEL-USP, os 0,05% do ICMS-QPE para o campus de Limeira da Unicamp, o arrocho do orçamento do Ceteps apesar da expansão física da sua rede, etc.

O docente se dirigiu aos deputados que presidiram a audiência, Bolçoni e Bragato, dizendo que a disposição do movimento é negociar, mas que é imperioso incluir a expressão “total do produto da arrecadação do ICMS”: esta inclusão fará com que tenham a mesma base de cálculo os percentuais das universidades e dos municípios paulistas, uma das reivindicações centrais do Fórum das Seis, acabando com o desconto da habitação e incorporando todas as alíneas referentes a multas, juros de mora, receita da dívida ativa, entre outras, todas oriundas do ICMS.